

Em 2017 e 2018 em Moçambique

## Cerca de nove mil raparigas abandonaram a escola por gravidez precoce e casamentos prematuros

Maputo (Canalmoz) – Cerca de nove mil alunas abandonaram o ensino em Moçambique, nos últimos dois anos, devido a casamentos prematuros e gravidez precoce.

Dados oficiais publicados, esta semana, em Maputo, indicam que, em 2017 e 2018, a gravidez precoce é responsável pela desistência escolar de seis mil alunas, e os casamentos prematuros tiraram dos bancos da escola 3080 raparigas. As regiões com maior incidência são as províncias de Gaza, Nampula, Cabo Delgado e Zambézia.

Estas informações foram divulgadas na segunda-feira, em Maputo, pela ministra do Género, Criança e Acção Social, Cidália Chaúque, na abertura do seminário inter-regional sobre os objectivos de desenvolvimento sustentável, cujo lema é: “Homens, masculinidades e igualdade de género em África, América Latina e no Caribe: diálogos inter-

-regionais”, realizado pela Rede de Homens Pela Mudança (HO-PEM), em parceria com a UNESCO.

Cidália Chaúque disse, no encontro, que o principal objectivo do Governo é a retenção da rapariga na escola, educação e sensibilização dos cidadãos para perceberem o quanto é importante as crianças continuarem com os seus estudos.

“Foi revisto o Decreto 39 que retirava do ensino as raparigas após a gravidez, pois isso criava constrangimentos, e discriminava as meninas dos rapazes”, afirmou a ministra e acrescentou que o Ministério de Género, Criança e Acção Social está a trabalhar com a Assembleia da República para alterar a lei dos casamentos.

“Já temos alguma indicação positiva. Foi feita uma auscultação que é para podermos ter uma base de dados para que tenhamos uma consciencialização ao

nível das comunidades. É nossa intenção que os casamentos prematuros sejam criminalizados, para que as pessoas adultas que se envolvem com crianças sejam punidas”, disse Cidália Chaúque.

O seminário, de três dias, junta especialistas e intervenientes relevantes de África, América Central, Caribe e Europa, que trabalham sobre o tema das masculinidades e outros campos relacionados e visa alargar a base de conhecimento sobre masculinidades em relação à “violência baseada no género” e discriminação contra mulheres e meninas; mudança de atitudes e comportamentos em relação às “masculinidades tóxicas”; compartilhar lições aprendidas do trabalho da UNESCO e abordar o envolvimento masculino na promoção da igualdade de género na transformação das concepções de masculinidades, para benefício de todos os géneros. **(Reginaldo Mangue)**